

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.314.278 - MS
(2018/0151567-8)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : CELSO JOHN KENEDY MENEZES DE SOUZA
ADVOGADOS : ROGÉRIO PEREIRA DOS SANTOS - MS019334
ALEXANDRE AFONSO DE ARAUJO - MS019352
AGRAVADO : CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA
ADVOGADO : DANNY FABRÍCIO CABRAL GOMES - MS006337
AGRAVADO : DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL - DETRAN/MS
PROCURADOR : ALANDNIR CABRAL DA ROCHA E OUTRO(S) - MS007795

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ.

1. Nos termos do art. 1.021, § 1º, do CPC/2015, cabe à parte agravante, na petição do seu agravo interno, impugnar especificamente os fundamentos da decisão combatida, o que, na hipótese dos autos, não foi atendido.

2. Nas razões do agravo interno, a parte recorrente afirmou a inaplicabilidade da Súmula 284/STF, mas não demonstrou em que trechos do recurso especial houve a correta indicação dos dispositivos legais tidos por afrontados (arts. 5º, 6º, 9º e 85, V, do CPC/2015), com a respectiva fundamentação relativa ao confronto entre a tese veiculada no aresto recorrido e o comando contido em cada normativo impugnado.

3. Da mesma forma, o agravante não logrou demonstrar a inadequada aplicação do óbice da Súmula 283/STF. Não houve a comprovação de que, nas razões do especial, foi infirmada a argumentação do aresto recorrido referente à avaliação de que o valor da causa não seria elemento novo, por compreender-se no cálculo dos honorários advocatícios, assim como no tocante ao argumento segundo o qual seria inadequado estimar o conteúdo econômico da demanda com base na arrecadação estadual referente às vistorias veiculares, porquanto o objeto da ação não diz respeito ao ressarcimento de tal quantia, mas apenas ao reconhecimento da nulidade do ato administrativo.

4. Incidência da Súmula 182/STJ: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

5. Agravo interno não conhecido.

Superior Tribunal de Justiça

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 03 de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator

